

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 201 - Brasília, quarta-feira, 10 de abril de 1996

## Senado aprova projeto que garante atendimento psicológico ao aluno

*Assistência passa a integrar o conjunto de serviços prestados aos estudantes da pré-escola e do ensino fundamental e médio. Projeto agora irá à sanção presidencial*



**A** Comissão de Assuntos Econômicos ouviu ontem o depoimento do presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e debateu formas de obter informações mais pre-

cisas sobre a situação econômico-financeira do Banespa, antes de apreciar o acordo entre o Banco Central e o governo paulista para saneamento do banco estatal. Páginas 4 e 5

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que institui o direito do educando ao atendimento psicológico-educacional. Pela proposta, que vai agora à sanção, esse atendimento passa a integrar o conjunto de serviços prestados pela escola ao aluno nos níveis da pré-escola e do ensino fundamental e médio.

Considera-se atendimento psicológico-educacional, segundo o projeto, aquele que é feito por psicólogo devidamente credenciado, com a finalidade de apoiar e orientar o processo educacional em seus aspectos psicossociais que direta ou indiretamente estejam relacionados à vida escolar.

De acordo com a proposição aprovada, o serviço deverá ser implantado progressivamente, "atendidas as áreas de maior necessidade, conforme avaliação dos respectivos Sistemas de Ensino". Ele será integrado, sempre que possível, ao serviço de orientação educacional e poderá ser oferecido em unidades centralizadas para atender à demanda de diversas escolas.

O Senado aprovou também projeto de resolução que autoriza a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária municipal, vencível no 1º semestre de 1996.

Também foi aprovado requerimento apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC) para que seja realizada sessão especial do Senado no dia 5 de junho, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

### Calheiros destaca aprovação do Orçamento

O Congresso Nacional aprovou ontem o substitutivo apresentado pela Comissão Mista de Orçamento ao projeto de lei orçamentária para 1996. O projeto, que vai à sanção, estima em R\$ 312,7 bilhões a receita para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e em R\$ 12,8 bilhões, para investimentos das empresas estatais federais.

Hoje, em sessão convocada para as 11h, o Congresso deve votar o projeto de lei que institui o Plano Plurianual para o período de 1996/1999.

Ao comunicar ao plenário a aprovação do Orçamento, o se-

nador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Comissão Mista de Orçamento, manifestou sua satisfação com o trabalho da comissão. Segundo Calheiros, "algumas inovações implantadas, suficientemente testadas e aprovadas, como privilegiar o coletivo sobre o individual e democratizar a apreciação, estão consolidadas".

- Cuidou-se de modernizar a produção de emendas, informatizando todo o sistema. Garantiu-se, com isso, mais segurança contra fraudes. Dentro do Legislativo, o Orçamento não passa mais por zonas nebulosas



Calheiros

e suspeitas - disse.

Renan Calheiros destacou que o apoio do Tribunal de Contas permitiu se fazer uma varredura para identificar várias obras viciadas por irregularidades, que acabaram excluídas do Orçamento.

O senador entende que o Orçamento tem que ser apreciado e votado "de qualquer maneira até o último dia da sessão legislativa anterior ao seu período de referência". Para ele, é inadmissível que a Administração Pública Federal comece o ano sem a sua referência orçamentária.

- Temos que ter a coragem e a determinação de impor duras sanções, até mesmo impedir que a União execute despesas enquanto o Orçamento não for votado - afirmou.

# Mesa anuncia próximas votações

Entre as propostas incluídas na pauta de abril, está a emenda constitucional que trata do exercício de atividades político-partidárias dos membros do Ministério Público

## Projeto que modifica Voz do Brasil recebe parecer favorável em plenário

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem, em plenário, parecer favorável a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que reserva 10 minutos diários no programa *Voz do Brasil* para a veiculação de avisos, mensagens educativas e campanhas de utilidade pública. O projeto ainda não entrou em discussão: ele ficará sobre a Mesa para recebimento de emendas, num prazo de cinco dias.

Requião afirmou, no parecer, que a proposta de Simon

de alterar o formato da *Voz do Brasil* é "altamente meritória", porque adequa "esse valioso canal de comunicação entre os homens públicos e o povo brasileiro aos reclamos do momento presente da vida brasileira."

Requião afirmou também que a campanha contra a *Voz do Brasil* é contraditória, porque invoca princípios democráticos para justificar o tér-



Simon é autor do projeto que muda programa

mino do programa, mas, se for vitoriosa, estará contribuindo "para a restrição ao conhecimento, privando o homem humilde do interior de um mínimo de informação sobre o que acontece no país".

O Senado deve apreciar no dia 17 quatro mensagens relativas à escolha de autoridades e embaixadores. No dia 18, entra em pauta, para discussão em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição nº 61, de 1995, que dispõe sobre a contratação de professores e cientistas estrangeiros.

Já no dia 24, estará na pauta, para ser votada em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição nº 27, de 1995, que trata do exercício de atividade político-partidária no Ministério Público.

Ao anunciar a apreciação dessas matérias, o presidente do Senado, José Sarney, disse que as inseriu na agenda de abril "a fim de complementar a pauta das sessões deliberativas ordinárias".

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

**9h30** - Participa da plenária nacional da CNTI/CGT. Local: Auditório Petrônio Portella.

**10h30** - Recebe o embaixador José Augusto Médiç.

**11h** - Recebe o governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

**12h** - Recebe o deputado Augusto Nardes (PPB/RS).

**14h30** - Preside Sessão Ordinária Deliberativa do Senado.

**15h** - Recebe o desembargador José Maria Melo e Cândido Quinderé

### PLENÁRIO

**11h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional**

**Pauta:** Votação do Projeto de Lei nº 36/95-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 96/99.

**14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***Emendas da Câmara ao PLS nº 19/91**, que torna obrigatória a inclusão de dispositivo de segurança que impeça a reutilização nas seringas descartáveis; \***PLC nº 111/95**, que acrescenta incisos ao art. 30 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; \***PLC nº 8/96**, que altera os arts. 367, 368, 369 e 370 do Decreto-lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal; \***Substitutivo do Senado ao PLS nº 49/95**, que dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização.

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Assuntos Econômicos**

**Pauta:** Sabatina dos indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça - Gesner José de Oliveira Filho, para o cargo de presidente e Antônio Carlos Fonseca da Silva, Leonidas Rangel Xausa, Lúcia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro e Renault de Freitas Castro, para conselheiros. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

**10h - Comissão de Assuntos Sociais**

**Pauta:** Audiência pública sobre o tema "Globalização, Biodiversidade e Direitos Comunitários", com a presença da diretora do Research Foundation for Science, Technology and Natural Resource Policy, da Índia, Vandana Shiva, PhD em física nuclear. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

**10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PEC nº 52/95**, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; \***PEC nº 41/95**, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \***PEC nº 57/95**, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; \***PEC nº 53/95**, dispoendo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; e \***PEC nº 44/95**, que altera dispositivos que dizem respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Pesquisa do IBGE derruba mito da década perdida, diz Alcântara

*Levantamento recentemente divulgado, segundo senador, mostra também a capacidade do brasileiro de se adaptar às adversidades*

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que a recente divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1993, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serviu para derrubar o mito da chamada "década perdida" (estagnação econômica dos anos 80). Mostrou também, na sua opinião, a capacidade de adaptação dos brasileiros às mais adversas condições sócio-econômicas.

Embora atento a diversos indicadores negativos registrados pela pesquisa, como o elevado nível de concentração de renda e a precocidade com que os jovens ingressam no mercado de trabalho, Alcântara destacou aspectos favoráveis revelados pelo levantamento oficial. Entre eles, o recuo no índice de analfabetis-



Alcântara recomenda cautela com os números

mo, a elevação do número de concluintes do segundo grau e a diminuição do contingente de crianças sem acesso à educação.

## MULHERES

O senador cearense mencionou também o incremento do número de mulheres portadoras de diploma de curso superior no mercado de trabalho, que passou de 16% em 1980 para 23% em 1993. Dentro da População Economicamente Ativa (PEA), as mulheres passaram igualmente a representar um número bem mais significativo, respondendo por

39% da força de trabalho.

Afirmando que os números devem ser interpretados com cautela, Lúcio Alcântara salientou ainda o incremento na posse de bens duráveis e semiduráveis e a elevação no percentual da propriedade residencial, que saltou de 63% para 72%. Conforme o senador, entre 1980 e 1990 o Brasil viveu uma das mais turbulentas épocas de sua história, com a transição política do autoritarismo para a democracia, no âmbito institucional, e a série de programas de estabilização, na área econômica.

Para Alcântara, o Plano Real, implantado em junho de 1994, inaugurou um panorama menos nebuloso, proporcionando as bases para a rápida modernização do Brasil e capacitando o país para o desafio do próximo milênio.



Roberto Requião

## Requião quer votar projeto que disciplina medidas

Questionado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre um projeto de lei complementar de sua autoria que regulamenta o uso de medidas provisórias, o presidente José Sarney anunciou ontem que no dia 30 entrará em votação requerimento para colocar a proposta em votação. O projeto constou da pauta no final do ano passado, mas não foi votado por falta de quórum.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), pediu ao presidente do Senado que coloque em votação também um requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para que sejam incluídos na ordem do dia outros projetos que tratam do uso de medidas provisórias.

Na mesma sessão, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) reclamou que apresentou requerimento dirigido ao ministro da Administração, Bresser Pereira, e até hoje não obteve resposta. Ela quer esclarecimentos sobre a reforma administrativa.

Já o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, lamentou a morte em acidente aéreo, na Croácia, do secretário de Comércio dos EUA, Ron Brown, lembrando que manteve com ele algumas reuniões. "Acredito que a humanidade perdeu um grande negociador", disse.

## Marina: 60 reservas indígenas já sofreram contestação

Até o dia 8, chegava a 1.061 o número de contestações de mais de 60 áreas indígenas, informou ontem em plenário a senadora Marina Silva (PT-AC). A iniciativa foi autorizada pelo Decreto nº 1.775/96. "É lamentável, mas só para a reserva dos índios xucurucus, no município de Pesqueira, Pernambuco, foram apresentadas à Fu-

nai cerca de 700 contestações."

Marina Silva questionou se a Funai terá condições de analisar detalhadamente essas contestações, para defender os índios. Ela acredita que o decreto, que foi editado para permitir aos proprietários de terras abrangidas pelas reservas exercer o direito do contraditório, irá permitir a re-



Marina Silva

dução das terras indígenas, que somam cerca de 30 milhões de hectares.

## CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO

# Senado vai pedir informações sobre Banespa

*O ministro da Fazenda, Pedro Malan, terá trinta dias para apresentar os dados negados pela administração do banco estatal paulista sob alegação de sigilo bancário*

A Mesa do Senado deve encaminhar amanhã ao ministro da Fazenda pedido de informações sobre o Banespa, apresentado pelo senador Osmar Dias (PR). Essas informações foram negadas ao senador pelo administrador do Banco Central no Banespa, sob a alegação de sigilo bancário. O ministro terá trinta dias, de acordo com a Constituição, para responder às questões formuladas por Osmar Dias.

O senador pretendia que o plenário do Senado decidisse pela quebra do sigilo das informações sobre o Banespa, o que não conseguiu. Ele acredita, conforme afirmou, que o ministro da Fazenda irá utilizar o mesmo argumento - o do sigilo bancário - para não pres-



Osmar Dias é autor do requerimento de informações

tar as informações requeridas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá receber um outro requerimento de Osmar Dias, este aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para que o TCU

promova diligências visando a dar um quadro amplo da situação do Banespa.

Osmar Dias apresentou ambos os requerimentos como integrante da subcomissão da CAE que foi a São Paulo exa-

minar a situação do Banespa. Segundo explicou, enquanto essa subcomissão não concluir seus trabalhos, não poderá ser votado, pelo Senado, o acordo entre o Banco Central e o governo de São Paulo.

Já o presidente José Sarney afirmou que o pedido de audiência ao TCU suspende a tramitação da matéria, até que as informações cheguem ao Senado.

### SEM SIGILO

Em questão de ordem sobre o assunto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o entendimento de que ao senador não deve ser negado o direito à informação, ainda que ela esteja sob a proteção do sigilo bancário.

Requerimento de informações apresentado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), com o objetivo de esclarecer a real situação do Banespa, gerou ontem debates na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O requerimento, que teve a votação adiada, foi motivado por declaração do governador Mário Covas em que ele afirma não ter recebido, em 16 meses de intervenção, nenhuma informação sobre a situação do Banespa.

Para que o Senado possa decidir sobre o empréstimo ao governo do estado de São Paulo, segundo o senador, é preciso se saber qual o valor dos ativos do Banespa e da inadimplência pública e privada, além de um parecer do Banco Central sobre o impacto dos recursos no conjunto da economia.

Para o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), que votará contra o empréstimo, o Senado deliberará sobre a autorização ou rejeição de lançamen-

to de títulos da dívida pública paulista e não sobre o acordo que envolve o Banespa.

Conforme o senador Osmar Dias (PR), os parlamentares não estariam extrapolando ao solicitar elementos técnicos indispensáveis à sua decisão. Osmar Dias disse que a comissão de senadores que reuniu-se com os interventores do Banespa não encontrou base para o valor total dos títulos, de R\$ 7,5 bilhões.

O último balanço disponível, segundo afirmou, remonta a 1993, pois os de 94 e 95 estão indisponíveis, e a diretoria interventora não sabe informar se o passivo é de 15 ou 18 bilhões. Sabe-se apenas, de acordo com Osmar Dias, que a dívida do Banespa cresce mais de R\$ 20 milhões ao dia, por conta dos juros. O acordo que prevê o empréstimo não resolverá, segun-

do ele, o problema do endividamento da instituição.

O presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), destacou que o empréstimo não representa rolagem de dívida e sim dívida nova. "O pedido de São Paulo deve ficar parado até que seja resolvido o problema dos outros estados", defendeu o senador Carlos Bezerra. Já o senador Carlos Patrocínio manifestou-se contrário ao adiamento da decisão sobre o empréstimo, mas concordou que sua aprovação impedirá qualquer solução para as dívidas dos outros estados. Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), o ideal seria outra fórmula, como a de a Nossa Caixa assumir a parte boa do Banespa, e não a "simulação" que deverá ser apreciada.

- Se não for aprovado o empréstimo, paciência. O que não

pode continuar é esse clima de guerra entre os estados - disse o senador Pedro Piva (PSDB-SP). Ele salientou que o governador quer pagar a dívida do Estado de São Paulo, mas não foi sequer recebido pela diretoria interventora do Banespa. A situação provoca "dificuldade enorme de compreensão", considerou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Para ele, o Senado deve passar ao governador os dados a que ele não tem acesso, para que possa avaliar se vale a pena assumir mesmo o Banespa. O senador Lauro Campos (PT-DF) também adiantou que votará contra o empréstimo a São Paulo.

### AUDITORIAS

A CAE aprovou requerimento de informações de autoria do senador Vilson Kleinübing e dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para saber se cabe ao BC ou à CVM a definição de suspender a realização de auditagens em instituições financeiras.

## Situação do banco gera debate na CAE

## CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO

## CVM responsabiliza auditoria do Nacional

A CAE pode pedir ao BC suspensão do credenciamento da KPMG, caso representante da empresa não compareça à Comissão, mais uma vez, para depor

### Suassuna quer maior fiscalização



Suassuna

"Nós, parlamentares, temos que nos especializar e nos aprofundar na fiscalização dos procedimentos

econômico-financeiros do país, sob pena de agravar-se a situação social", disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao sustentar que as cifras reveladas pela crise de alguns bancos brasileiros são estarecedoras perto de matérias sobre veículos, móveis e apartamentos funcionais para senadores, noticiadas ultimamente pela imprensa nacional.

Suassuna se disse espantado com a fragilidade da fiscalização bancária no Brasil, afirmando que, até os fatos virem a público, "a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se fiava nos auditores, que se fiavam nos donos dos bancos, numa cadeia em que o Banco Central também não tinha condições de fiscalizar. Em toda essa cadeia, cada um esperava que o outro tivesse cumprido seu dever".

O senador informou que a CVM não tem dados completos sobre os bancos porque o BC lhe nega esses dados, em virtude do sigilo bancário. E ironizou: "Quem é fiscal não recebe informações sequer para fiscalizar. Isso demonstra que o grande público depositante não tinha garantia nenhuma".

Vítima ou não das fraudes cometidas pelos administradores do Banco Nacional, a auditoria independente é co-responsável legal pelas informações prestadas ao mercado financeiro. O ponto de vista foi defendido ontem pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Francisco da Costa e Silva, em depoimento prestado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na reunião de ontem, estava prevista também a continuação do depoimento de Marco Aurélio Maciel, da auditoria KPMG, que não compareceu devido a "obrigações imprevisíveis", conforme comunicara na segunda-feira ao presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). "Ele fez exposição pequena e disse desconhecer absolutamente

Gilberto Miranda anunciou que submeterá à comissão requerimento para que o Banco Central suspenda o credenciamento da KPMG "caso ele não compareça" em outra data. Miranda quis saber se a KPMG está sendo investigada pela CVM, mas Francisco da Costa e Silva declarou-se "embaraçado" pela necessidade de guardar sigilo sobre investigações em curso.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu um depoimento conjunto do presidente da CVM e do representante da auditoria, dada, segundo disse, a total divergência manifesta nos depoi-



Costa e Silva, da CVM, depõe na CAE, presidida por Gilberto Miranda

mentos. Segundo Maciel, da KPMG, a auditoria independente lida apenas com os dados fornecidos pelo cliente, no caso, o Nacional. Para Francisco da Costa e Silva, a responsabilidade dos auditores não se limita a confirmar dados fornecidos pelas instituições financeiras, tanto que "há centenas de pareceres com ressalvas de auditorias". A CVM, por sua vez, não faz balanços

contábeis de companhias abertas e "louvava-se na presunção da veracidade das informações dos administradores e dos

auditores independentes regularmente pagos".

Há uma presunção de absoluta inutilidade da CVM - opinou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que quis saber que providências foram tomadas pela CVM em relação à KPMG, pois, acentuou, trata-se de auditoria que integra consórcio contratado para avaliar o preço de venda da Vale do Rio Doce. Costa e Silva respondeu que a CVM "tem hoje 19 inquéritos em andamento" e que o estado de direito exige o devido processo legal. O senador antecipou que

apresentará projeto de lei estabelecendo a extinção da CVM.

#### DIFICULDADES

Francisco da Costa e Silva defendeu a sistemática empregada pela CVM, por ser igual à da "maior parte do mundo". Mas reconheceu dificuldades operacionais e legais. Quanto às primeiras, disse que a CVM tem pouco mais de 300 funcionários, metade deles técnicos e apenas 20 fiscais. Quanto às dificuldades legais, Costa e Silva afirmou que a CVM define normas contábeis para as companhias abertas, mas elas nem sempre são adequadas às instituições financeiras. Daí ele já ter sugerido ao ministro Pedro Malan que a competência normativa e a de fiscalizar as auditorias independentes sejam atribuições do Banco Central. Ao falar sobre as relações da CVM com o Banco Central, em resposta ao senador Ney Suassuna, Costa e Silva disse que o BC "está adstrito às normas do sigilo bancário, mesmo para a CVM". Não se trata de má-vontade, esclareceu.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), por sua vez, considerou que o mercado fica muito vulnerável pelo fato de a própria instituição financeira contratar a auditoria independente.

**O senador Roberto Requião vai apresentar projeto propondo a extinção da CVM**

## CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO

# Basa está à beira de uma crise, adverte Nabor

*Segundo senador, o limitado capital social do Banco da Amazônia tem dificultado a implantação de novas agências em centros emergentes da economia regional*

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem uma solução para os problemas enfrentados pelo Banco da Amazônia (Basa), que, segundo alertou, "está hoje às vésperas de uma crise sem precedentes". O senador afirmou que o Legislativo precisa estar atento, em busca de medidas efetivas para que o banco amplie e redobre sua presença em todos os projetos desenvolvimentistas daquela região.

Ele disse que o limitado capital social do Basa tem difi-

cultado a implantação de novas agências em centros emergentes da economia regional. Segundo Nabor Júnior, isso decorre da própria legislação internacional, implantada e regulamentada no Brasil através da Resolução nº 2.099, do Conselho Monetário Nacional, que vincula a abertura de novas agências às respectivas con-



Nabor Júnior

dições patrimoniais do banco.

- A situação do Basa, que já era grave, assumiu contornos ainda mais dramáticos com a aprovação da Lei nº 9.138, de 29/11/95, cujo artigo 7º deu tratamento diferenciado para os financiamentos

feitos com recursos dos fundos constitucionais, uma vez que estabeleceu que o custo da

equalização será debitado à conta dos respectivos fundos, no caso da equalização de encargos financeiros dos financiamentos rurais - destacou Nabor Júnior.

O senador disse ainda que o Basa não é uma instituição a mais dentro do sistema financeiro do país. "O banco é uma alavanca para superar a miséria e o abandono, recuperando riquezas e o progresso que a Amazônia já permitiu vislumbrar em diversas passagens importantes da vida nacional", afirmou.

## João Rocha pede modernização do setor de seguros

A modernização do mercado de seguros no Brasil foi defendida pelo senador João Rocha (PFL-TO). Conforme o senador, pesquisa divulgada pela *Gazeta Mercantil* demonstra que as companhias seguradoras têm péssima reputação junto à população brasileira, que considera o seguro muito caro e o atendimento ruim.

Na opinião de João Rocha, o setor de seguros precisa "abandonar velhos hábitos, arraigados ao longo de décadas e amparados por uma legislação arcaica que, privilegiando o detentor do capital e o prestador dos serviços, permitia ignorar os direitos dos consumidores".

Mas, segundo o senador, o Código de Defesa do Consumidor e a ainda incipiente competição no setor sinalizam uma era de melhores serviços a preços mais justos. Além disso, a quebra do monopólio do resseguro, prevista em emenda constitucional já aprovada pela Câmara dos Deputados e prestes a ser votada pelo Senado, elevará o nível de competição, frisou.

## Fernando Bezerra defende Lei de Patentes aprovada pelo Senado

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) defendeu ontem o texto do projeto de Lei de Patentes aprovado pelo Senado, ao contestar críticas feitas em editorial do jornal *Folha de S. Paulo* de domingo, dia 7. Na opinião do senador, apesar da larga tradição e credibilidade, o jornal equivocou-se ao criticar o substitutivo aprovado no Senado, do qual ele foi o relator. "Compreendo a complexidade da lei e vejo que alguns setores da sociedade e mesmo do Senado não a compreenderam em sua exata dimensão", disse o senador.

Ele observou que a própria *Folha*, em artigo assinado pela chefe de sua sucursal em Brasília, posicionou-se em defesa do texto aprovado no Senado, o que, segundo o senador, evidencia o equívoco do editorial. Fernan-



Fernando Bezerra

do Bezerra começou por contestar a afirmação de que o texto aprovado vai além das exigências de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). O senador explicou que o substitutivo foi aprovado em absoluto alinhamento com a OMC.

### PRODUÇÃO

Discordando do entendimento de que, no Brasil,

a patente passará a ser o direito de impedir a produção e até mesmo a importação de certos produtos, Fernando Bezerra invocou princípio consagrado desde o século 19, segundo o qual o direito de patente impede que terceiros produzam ou coloquem à venda produto ou objeto patenteado.

### PIPELINE

Sobre a afirmação da *Folha de S. Paulo* de que o *pipeline* é um mecanismo retroativo e defendido apenas pelos Estados Unidos, o senador o definiu como um instrumento legal presente na legislação de vários países, como Canadá, México, China e Polônia. Ele também ressaltou que, defensor do empresariado, "jamais seria capaz de desestimular a produção nacional".

# Jefferson propõe venda de apartamentos funcionais

*Senador disse que noticiário envolvendo seu nome o deixou à vontade para apresentar o projeto de resolução estabelecendo licitação para a Casa vender imóveis e carros*

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) apresentou ontem projeto de resolução determinando que o Senado promova a venda, mediante licitação, dos imóveis, móveis, veículos e utensílios cedidos para uso dos senadores, com exceção do carro de representação da presidência da Casa. O projeto estabelece que se a venda não efetuar-se em 180 dias, a partir da data de entrada em vigência da resolução, os senadores perderão o direito de uso desses bens, ficando os mesmos sob a posse da Mesa Diretora até serem alienados.

Criticando o noticiário dos jornais sobre os apartamentos funcionais dos senadores, disse Jefferson Peres: "Acredite quem quiser, quando aqui cheguei, encontrei móveis inteira-



**Jefferson quer licitação para vender tudo**

mente sucateados no meu apartamento. Pedi a reforma, me informaram que eram irrecuperáveis, e então pedi móveis novos, assunto que entreguei a funcionários do Senado, do meu gabinete e a familiares. Só agora, pela imprensa, soube do valor desses móveis".

Jefferson Peres afirmou que, psicologicamente, não há nada

mais desagradável do que "uma pessoa, com a sua biografia", ser envolvida em episódios relacionados com mordomias. Ele esclareceu que só não apresentou projeto eliminando essas regalias, logo que chegou à Casa, para não criar um clima hostil entre os parlamentares.

## DIREITO

O projeto recebeu o imediato apoio do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ao considerar a iniciativa saudável, Suplicy explicou que sua atitude de dirigir seu próprio automóvel, em vez de utilizar o do Senado, não teve o propósito de afrontar qualquer parlamentar.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) explicou que há parlamentares que não podem abrir mão do automóvel e sugeriu que se aprove uma lei genérica, eliminando regalias de todos os funcionários públicos.

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) defendeu o direito a automóvel e apartamento funcional, argumentando que "um parlamentar precisa de condições de representação". Na sua opinião, o noticiário desfavorável ao Senado "deve resultar do interesse do Executivo em desestabilizar a Casa". Nabor Júnior (PMDB-AC) também se manifestou contrário ao projeto de Jefferson Peres, explicando que oferecer moradia aos parlamentares é um dever da instituição.

## Dutra destaca estudo sobre contrato coletivo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou ontem o lançamento do documento *Diretrizes para a Implantação do Contrato Coletivo de Trabalho na Administração Pública*, iniciativa do Instituto Cidadania. Para o senador, a proposta assume relevância no momento em que se discute a reforma do Estado e a modernização das relações trabalhistas, estimulando o debate.

O documento tem como objetivo apresentar ao país - governos federal, estaduais e municipais, entidades sindicais e cidadãos em geral - uma base para o equacionamento dos problemas enfrentados atualmente pelo setor público, explicou o líder do PT.

## Recessão esvazia caixas das prefeituras, denuncia Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que as políticas oficiais têm sido conduzidas no sentido inverso ao interesse dos municípios brasileiros. Miranda chamou a atenção para o assunto ao referir-se a um encontro de prefeitos de todo o país que será realizado hoje, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. "O problema número um está relacionado com o calendário e com os valores dos repasses do Fundo de Participação", afirmou o senador.

Ele explicou que os efeitos da crise na agricultura sobre o nível de emprego e o comércio das pequenas cidades afetaram também as prefeituras. "Os recursos para investimentos e pagamento de pessoal ficaram restritos ao



**Mauro: com a crise, município só conta com o FPM**

FPM (Fundo de Participação dos Municípios), e os prefeitos vivem uma situação de caixa negativo. São centenas os que não têm disponibilidade sequer para os salários dos servidores", ressaltou.

Mauro Miranda informou que só escapam dessa situação as cidades industrializadas, que ainda podem manter serviços essenciais como saúde, saneamento e segu-

rança. Em sua opinião, "o custo econômico da crise social cresce em razão geométrica. As autoridades federais ainda não se alertaram para isso". Lembrando que o Senado tem responsabilidades constitucionais com o equilíbrio da federação, ele advertiu que o adiamento de soluções resulta na acumulação e no agravamento das crises.

# Júnia Marise cobra de FHC cumprimento das promessas

*Senadora observa que desemprego, ao atingir 10 milhões de brasileiros, precisa ser combatido com urgência*

A senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT, cobrou ontem do presidente Fernando Henrique Cardoso o cumprimento de suas promessas de campanha eleitoral no sentido de proporcionar educação, saúde e moradia às populações carentes.

"Um governo que libere R\$ 16 milhões para socorrer bancos e deixa milhares de famílias passando fome, sem assistência educacional, sem moradia, sem saúde, não tem tido olhos para uma sociedade que está vivenciando seus momentos mais difíceis", disse.

Ninguém deixa de apoiar um programa de redução da queda da inflação. Mas não há quem não esteja reivindicando do presidente Fernando Henrique Cardoso o cumprimento de suas promessas de campanha e medidas para combater o desemprego, as concordatas - frisou Júnia Marise.

Afirmando que o presidente da República precisa governar o país para os pobres e não para os ricos, a senadora disse que o governo está fazendo "ouvido de mercador" diante do clamor das populações



Júnia: "não é possível continuar vivendo no faz-de-conta"

mais carentes. "Não é possível continuar vivendo no país do faz-de-conta", acentuou.

Para Júnia Marise, Fernando Henrique se equivocou quando afirma que não está havendo desemprego no país, porque os trabalhadores estão indo para o mercado informal ou outras áreas produtivas. Na opinião da senadora, "as informações que chegam

ao presidente da República não retratam a verdade da atual situação do país".

A senadora informou que chega a 10 milhões, no país, o número de trabalhadores que perderam o emprego, acrescentando que em seu estado, Minas Gerais, 500 mil pessoas ficaram desempregadas. Além disso, muitas empresas estão pedindo concordata ou falência, acentuou.

## Só acordo político pode salvar anistia

Apenas um grande acordo político entre as lideranças partidárias, com a finalidade de derrubar em plenário o veto presidencial, poderá salvar a anistia aos sindicatos de petroleiros. A previsão é do presidente do Senado, José Sarney, segundo o deputado Aldo Rabelo, que o procurou ontem para pedir apoio à manutenção da proposta de interesse dos sindicalistas.

De acordo com o deputado, Sarney sugeriu que buscasse realizar o amplo entendimento político indispensável à votação da matéria. Dois outros temas foram abordados por Rabelo no encontro com Sarney: a proposta de reeleição para mandatos executivos e a campanha de desgaste do Congresso Nacional, que o deputado atribuiu a alguns veículos de comunicação e grupos de interesse.

No caso da reeleição, Sarney lembrou que no próprio Congresso há matéria tramitando sobre o tema, mas acrescentou que a decisão de colocá-la em pauta dependerá das articulações e mobilização de iniciativa exclusiva das lideranças partidárias.

A respeito da campanha de desgaste do Legislativo, Sarney externou, ainda de acordo com Rabelo, preocupação com a necessidade de preservar a imagem do Congresso e valorizar seu papel perante a opinião pública, manifestando também esperança na rápida reversão do quadro, a partir da divulgação para a opinião pública das diversas iniciativas que vêm sendo adotadas no sentido da contenção de despesas e da melhoria da produção legislativa.

### PROGRAMAÇÃO DA AGÊNCIA SENADO/RADIOSAT

#### PARA 4ª-FEIRA (10/4/96)

- 9h45 - Informativo Senado em Linha Direta
- 9h55 - Agenda Senado
- 10h - Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos
- 14h25 - Sessão Deliberativa do Senado
- 19h - Voz do Brasil

- 20h - Grade de programação para 5ª-feira (11-4-96)
- Obs.: Para informações de ordem técnica os interessados devem entrar em contato com a Subsecretaria Técnica e Eletrônica do Senado Federal - Fax.: (061) 311-4540.

#### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

#### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
 ■ Editores - Djalba Lima e Domingos Mourão Neto  
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal